

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIENIFER LIANI REITER

**O PAPEL DA CONTABILIDADE NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estudo das
empresas do setor de calçados e confecções de Juína-MT**

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA**

DIENIFER LIANI REITER

**O PAPEL DA CONTABILIDADE NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estudo nas
empresas do setor de calçados e confecções de Juína-MT.**

Monografia apresentada ao Curso Bacharelado em Ciências Contábeis, à AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim.

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

REITER, Dienifer Liani. **O Papel da Contabilidade no Planejamento Tributário:** estudo nas empresas do setor de calçados e confecções de Juína-MT. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juína-MT, 2017.

Data da defesa: 30/10/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim

AJES

Membro Titular: Profa. Esp. Jaqueline Marques da Silva

AJES.

Membro Titular: Prof.Me. Ricardo Zamperetti.

AJES

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

AJES – Unidade Sede, Juína-MT.

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Dienifer Liani Reiter, portador da Cédula de Identidade – RG nº 2591678-5 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 054.541.221-81, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico científico, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado O PAPEL DA CONTABILIDADE NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estudo nas empresas do setor de calçados e confecções de Juina-MT, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juina-MT, 30 de outubro de 2017.

Dienifer Liani Reiter

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de cursar este curso, e de terminá-lo, através de todos os obstáculos que tive que enfrentar até aqui chegar.

Aos meus pais Valdino e Célia, as minhas irmãs Diéssica e Diemilin, por terem me ajudado até aqui chegar, somente nós sabemos tudo que passamos durante esses quatro anos.

Ao meu marido Aparecido pela sua paciência em me ajudar nessa caminhada e também ao meu filho Matheus, por estarem comigo nessa batalha.

E a todos que de uma forma ou de outra que me ajudaram a até aqui chegar, mais uma batalha vencida, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por ter me ajudado até aqui chegar, tendo me dado saúde e paciência para prosseguir em diante.

Aos meus familiares de modo geral meu muito obrigado por tudo, meus colegas de classe e a todos meus amigos.

Ao meu orientador por ter tido paciência e zelo em me auxiliar neste trabalho meu obrigado professor Wilson Antunes de Amorim.

Muito obrigado a todos.

*“Eu sei o preço do sucesso: dedicação,
trabalho duro, e uma incessante dedicação as
coisas que você quer ver acontecer”.*

Frank Lloyd Wright

RESUMO

Os custos inerentes aos impostos inseridos nos custos do produto, resultam em aumento ou diminuição do preço final para o mercado consumidor. A questão do preço mais alto ou mais baixo é um fator determinante para a venda de produtos, uma vez que traz ao consumidor final as preocupações, como a percepção do valor do cliente. Portanto, a escolha de um regime tributário pode fazer uma grande diferença no preço de venda final, aumentando ou diminuindo o lucro e rentabilidade das empresas. No entanto, embora seja muito importante e um pouco determinante para a sobrevivência das empresas, muitos empresários delegam a responsabilidade de escolher um regime fiscal para o profissional contratado para prestar serviços contábeis. Com base no exposto, foi identificada a oportunidade de realizar um estudo sobre empresas do setor de vestuário e calçados de Juína - Mato Grosso, visando compreender os motivos da escolha do regime tributário pelos empresários. Quarenta e quatro empresas foram pesquisadas e, para que este estudo seja satisfatório e permita que as pesquisas visualizem o cenário do regime tributário, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo em conta o uso das teorias mais recentes sobre tributação, regras e regulamentos fiscais. Foram também utilizadas pesquisas descritivas, qualitativas, quantitativas e de campo. A conclusão do estudo foi que o empreendedor não possui conhecimento profundo sobre assuntos tributários e, como consequência, delega ao contador a escolha de um regime fiscal para a empresa, embora sem realizar um estudo detalhado para verificar se o regime adotado, indicado pelo contador, é realmente o melhor para a empresa, ou uma que traria menos custos para o negócio.

Palavras-chave: Regime Fiscal; Planejamento Fiscal; Carga Fiscal.

ABSTRACTS

The costs inherent to the taxes inserted into the product costs, results in an increase or decrease of the final price for the consumer market. The issue of higher or lower price is a determinant factor to a products sale, once it brings to the end customer concerns such as the client's value perception. Therefore, the choice of a tax regime may make a great difference on the final sale price, increasing or decreasing the companies' profit and rentability. However, although being a very important, and somewhat determinant to the companies' survival, many entrepreneurs delegate the responsibility of choosing a tax regime to the professional hired to provide accountant services. Based on the above, the opportunity of conducting a study about companies on the clothing and footwear business from Juina - Mato Grosso, was identified, aiming to understand the reasons for the choice of the tax regime by the entrepreneurs. Forty four companies were researched and, in order to this study to be satisfying and to allow the researches to visualize the tax regime scenario, a bibliographic research was used, bearing in mind the usage of the most recent theories about taxation, tax rules and regulations. Were also used descriptive, qualitative, quantitative and field researches. The conclusion of the study was that the entrepreneur does not possess deep knowledge about tributary matters and, as consequence, delegate to the accountant the choice of a tax regime for the company, although without conducting a detailed study to verify if the adopted regime, indicated by the accountant, is actually the best one for the company, or witch one would bring less costs for the business.

Key Words: Tax Regime; Tax Planning; Tax Burden.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - TIPOLOGIA DAS EMPRESA	40
Gráfico 2- CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	41
Gráfico 3- REGIME TRIBUTÁRIO	41
Gráfico 4-TEMPO DE EXISTÊNCIA.....	42
Gráfico 5-GESTOR DA EMPRESA	43
Gráfico 6- IDADE DO GESTOR	43
Gráfico 7- GRAU DE ESCOLARIEDADE	44
Gráfico 8- CONTABILIDADE.....	45
Gráfico 9-ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO	45
Gráfico 10- ESTUDO SOBRE A MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO.....	46
Gráfico 11- MUDANÇA DE REGIME TRIBUTÁRIO.....	47
Gráfico 12- PROPOSTA DE ESTUDO	47

LISTA DE SIGLAS

CPI	Custo Industrial do Produto
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadoria e Prestações de Serviços
II	Imposto sobre Produtos Estrangeiros
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IR	Imposto sobre a Renda de Qualquer Natureza
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
PIS	Programa de Integração de Produto
RIPI	Regulamento sobre Imposto de Produtos Industrializados
RIR	Regulamento sobre Imposto de Renda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE.....	15
1.2 CONTABILIDADE	16
1.2.1 Patrimônio	17
1.2.2 Demonstrações Contábeis	17
1.2.3 Balanço Patrimonial	18
1.2.4 Demonstração de Resultado de Exercício (DRE)	18
1.3 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	19
1.3.1 Princípios Constitucionais Tributários	21
1.3.2 Tributos	22
1.3.3 Espécies de Tributos	23
1.3.4 Tributos Federais	24
1.3.4.1 Importação De Produtos Estrangeiros (II)	24
1.3.4.1.1 Base de Cálculo	25
1.3.4.1.2 Alíquota	25
1.3.4.2 Produtos Industrializados (IPI)	25
1.3.4.2.1 Base de Cálculo	26
1.3.4.2.2 Alíquota	26
1.3.5 Tributos Estaduais e do Distrito Federal.....	26
1.3.5.1 Imposto de Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS).....	26
1.3.5.1.1 Base de Cálculo	26
1.3.5.1.2 Alíquota	27
1.3.6 Tributos Municipais	27
1.3.6.1 Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU)	27
1.3.6.1.1 Base de Cálculo	27
1.3.6.1.2 Alíquota	27
1.3.6.2 Transmissão Inter Vivos, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Ressalvadas as Exceções Legais (ITBI)	28
1.3.6.2.1 Base de Cálculo	28
1.3.6.2.2 Alíquota	28

1.3.6.3 Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	28
1.3.6.3.1 Base de Cálculo	29
1.3.6.3.2 Alíquota	29
1.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	29
1.4.1 Objetivos e Finalidade do Planejamento Tributário	30
1.4.2 Elisão e Evasão Fiscal	31
1.5 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA.....	32
1.6 DIRETRIZES DO GESTOR TRIBUTÁRIO	32
1.7 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO	33
1.7.1 Lucro Presumido	33
1.7.2 Lucro Real	34
1.7.3 Lucro Arbitrado.....	34
1.7.4 Simples Nacional.....	35
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	36
2.1 QUANTO AOS FINS	36
2.1.1 Exploratória	36
2.1.2 Descritiva.....	36
2.2 QUANTO AOS MEIOS	36
2.2.1 Bibliografia.....	36
2.2.2 Pesquisa de Campo	37
2.2.3 Quantitativa	37
2.2.4 Qualitativa	37
2.3 UNIVERSO E AMOSTRA.....	37
2.3.1 Universo	37
2.3.2 Amostragem	37
2.4 SELEÇÃO DOS SUJEITOS	38
2.5 COLETAS DE DADOS	39
2.6 TRATAMENTO DE DADOS	39
3 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS	40
3.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

A contabilidade busca aplicar na prática os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade. Esse ramo demonstra como que está o patrimônio e o resultado do exercício, da entidade.

A contabilidade tributária tem como o objeto apurar com exatidão o resultado exercício social, para poder realizar esse objetivo, o profissional da área da tributação deve estudar, registrar e controlar todos os atos e fatos administrativos das mutações patrimoniais. Planejamento tributário é uma pesquisa que estuda os efeitos jurídicos e econômicos que os fatos administrativos geram, assim podendo tomar uma decisão correta sobre como agir diante dos fatos, ou seja, como o empresário pode aumentar suas chances de competitividade no mercado financeiro. O principal objetivo do planejamento é reduzir a grande quantidade de dinheiro que os empresários pagam ao governo, ou seja, com ele pode se reduzir em muito a carga tributária (impostos, tributos e taxas), a qual custa muito para uma empresa.

O planejamento tributário é um meio de reduzir a carga tributária legalmente, não é só uma ferramenta para a empresa como também para as pessoas físicas. Nesse caso sempre será avaliado todo custo/benefício para se ter um planejamento de grande importância. O mau planejamento pode levar a uma evasão fiscal, descumprindo assim determinações legais como crime de sonegação fiscal (lei nº8. 137/90). Sendo assim para que tudo ocorra bem na empresa deve ser ter um bom planejamento tributário sempre aliado a contabilidade.

A escolha desse setor a ser pesquisado foi pelo motivo de existirem muitas empresas deste ramo em Juina-MT, o que tornaria mais fácil a resposta ao problema deste trabalho. Sendo nosso objetivo pesquisar a forma pelo qual os empresários deste setor aferem a forma tributária.

O problema da pesquisa, segundo Gil (1999, pag.19), "[...] nem todo problema é passível de tratamento científico, é preciso identificar o que é científico daquilo que não é. Um problema é de natureza científica quando envolver variáveis que podem ser tidas como testáveis [...] ". O problema deste trabalho é: Como os empresários de JUINA-MT, do setor de calçados e confecções aderem à forma tributaria do Imposto de Renda e CSLL?

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar a forma pelo qual as empresas do setor de calçados e confecções, aderem à forma tributária do IR e CSLL. Para que possamos encontrar o motivo do nosso problema apresentado e seus devidos resultados. Sendo os objetivos específicos: A) estudar e descrever as formas de tributação as quais estão sujeitos os empresários brasileiros, acentuando as normas que limitam às empresa a estarem naquela forma tributaria. B) elaborar uma pesquisa de campo junto aos empresários do setor de calçados e confecções de JUINA-MT, buscando saber a forma que se dá a escolher o regime tributário para as empresas no que concerne o IR e CSLL. C) fazer um levantamento dos dados sobre o problema apresentado, descrevendo os resultados encontrados.

Este trabalho tem grande importância para o corpo acadêmico, pelo fato da pesquisa conter um problema que está diretamente ligada ao contador na sua função, a qual busca mostrar que os profissionais que atualmente estão em exercício não informam ou buscam realizar um planejamento tributário nas empresas para busca saber qual forma correta de tributação da empresa. Como acadêmica com este trabalho seja para aprimorar meu conhecimento sobre esse assunto, a qual é de grande importância para a contabilidade, e que esse trabalho possa ajudar a outros acadêmicos e empresários sobre o planejamento tributário. A metodologia utilizada para a confecção desta pesquisa foi: bibliográfica, descritiva, exploratória, explicativa e quantitativa e qualitativa e a pesquisa de campo. Os resultados que buscamos dessa pesquisa é responder ao nosso problema.

A delimitação do tema está relacionada a uma pesquisa de campo junto aos empresários de Juina/MT, para saber qual a forma tributaria.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE

Não se sabe onde ao certo nasceu ou como se começou a contabilidade, mas o que sabemos é que ela surgiu na pré-história. Ela nasceu com a importância de se controlar o patrimônio dos homens primitivos, que contabilizavam as suas caças, essas informações eram registradas nas paredes das suas cavernas, assim com o passar do tempo o homem melhorou os seus métodos de registros, as quais foram evoluindo para chegar ao que é conhecido hoje.

No Brasil desde a época da colonização portuguesa, houve as cargas tributárias a qual já eram consideradas as mais elevadas, com passar do tempo o número de contadores começou a aumentar no Brasil, os profissionais contábeis eram muitos escassos, pelo fato de poucas pessoas terem interesse nessa área que se tornara nova no Brasil, com o passar dos anos a contabilidade tomou uma forma que reconhecida até nos dias atuais, segundo Fabretti (2005, p.29), “Contabilidade tem por objetivo estabelecer e apurar com exatidão o resultado econômico do exercício”.

Logo após esses acontecimentos surgiram às escolas doutrinárias da contabilidade, a qual cada uma possuía uma forma de pensar sobre a contabilidade diferente a primeira escola a surgir foi a escola Contista, foi criada no século XV, seu idealizador foi Luca Paciola que seu segundo seu pensamento a contabilidade deveria se preocupar somente com a escrituração feita através das partidas dobradas, sendo seu objeto registrar os valores pagos e recebidos. Já na escola Administrativa (XIX), seu idealizador foi Francesco Villa que tinha como ideologia a contabilidade como uma ciência da administração das entidades e seu objeto era o estudo das leis que governam as empresas. Na escola Personalista século XIX, seu idealizador foi Francesco Bonalume que acreditava que as contas representavam pessoas em carne e osso e que seu administrador era responsável pelos direitos e obrigações da empresa, segundo Sá (1995, p.249) “ o personalismo continuava do contismo, porem transformando a conta em pessoa capaz de direitos e obrigações”.

A escola Controlista seu criador foi Fabio Besta, no século XVIII, para Schimdt (2004, p.74) “ a contabilidade estuda os procedimentos racionais com os quais há de

ser desenvolvido o controle econômico com seus princípios e normas, sendo assim uma ciência do controle econômico”. Escola Neocontista segundo Sá (1995, p.252) “[...] é uma forma do contismo”, surgiu no século XIX, para seu pensador a contabilidade deve evidenciar o ativo, passivo e a situação líquida, seu idealizador foi Jean Dumarchey. Já escola Norte Americana é uma das mais importantes escolas no âmbito mundial, para seus pensadores a contabilidade possui dois caminhos sendo eles: o caminho da informação tomada de decisões e o da pesquisa teoria e prática. A escola Patrimonialista foi criada no período da contabilidade científica, esta escola foi aceita em vários países inclusive o Brasil, liderada por Vicenzo Nasi, ele defendia que o estudo patrimonial abrange três áreas: estática patrimonial, dinâmica patrimonial, revelação patrimonial.

Escola de contabilidade no Brasil surgiu por volta de 1808, ela foi dividida em duas fases a primeira em 1808 quando Dom. João VI obrigou o uso das partidas dobradas, e a outra fase em 1850, quando a contabilidade passou a ser obrigada a divulgar seu balanço geral através do código comercial. Pelo mundo a fora a contabilidade brasileira é conhecida pela sua contribuição com correção monetária feita pela alta inflação.

1.2 CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu a muito tempo, no começo da civilização, as primeiras descrições, surgiram nas pinturas das suas cavernas, logo de grutas, como posar do os anos, foram aprimorados, seus conhecimentos sobre a contabilidade, construíram tabuas pequenas, assim preenchiam tudo e sendo assim ficaram gravadas até hoje.

Para Marion (1998, p. 24) “contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da entidade”.

A contabilidade tem um objeto de estudo do comportamento da riqueza, ou seja, eles buscam saber tudo o que foi feito com a riqueza, para poder ter a certeza que tudo está dentro das normas e leis exigido para quem trabalha na contabilidade.

Para Sá (2006, p. 41) “a contabilidade tem como finalidade os conhecimentos para decidir e injetar a consecução da eficácia”.

A contabilidade tem uma grande vantagem de lhe estudar por que é dividida em vários ramos sendo eles: comercial, industrial, pública, bancária, hospitalar, agropecuária e secundária. Qualquer pessoa pode se utilizar da contabilidade, sendo essa pessoa capaz de exercer seus direitos e deveres perante a sociedade. Pessoa física é uma pessoa natural, todo individuo sem qualquer exceção, a sua existência acaba quando com sua morte, já para a pessoa jurídica é quando várias pessoas físicas se juntam através de um contrato que é reconhecido por lei, surge daí uma nova origem uma nova pessoa, ela tem fins lucrativos, ou seja, denominando-se empresa. Na contabilidade para se apurar os seus resultados se utilizam todas as contas que são necessárias para esse resultado, as contas são:

1.2.1 Patrimônio

Segundo Marion (2006, p.30) “É o conjunto de bens pertencente a uma pessoa ou empresa”. Patrimônio é tudo aquilo que a empresa tem para a sua utilização, para exercer suas atividades, existe também o patrimônio líquido que são os bens e direitos menos a obrigação para poder se pode mensurar as riquezas da empresa precisam que apurem patrimônio líquido para se relatar se há ou não há riqueza.

1.2.2 Demonstrações Contábeis

Existem principais demonstrações que são obrigatórias por leis, essas demonstrações são como relatórios aonde se mostram tudo o que foi feito, obtendo também se a empresa possui um lucro ou prejuízo, eles são elaborados num período de 12 meses. No art.176 enfatiza que as demonstrações contábeis são: balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicação dos recursos, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração de fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado (DVA).Essas demonstrações possuem papel importante na contabilidade da empresa, com temos a possibilidade de nos orientarmos como contadores com essa empresa está com a sua saúde financeira podendo nos mostrar com o que podemos melhorar.

1.2.3 Balanço Patrimonial

Para Marion (2006, p. 46) “É o mais importante relatório gerado pela contabilidade podendo identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada”.

O balanço ele é dividido em dois lados: lado esquerdo é colocado os ativos (bens e direitos), lado direito os passivos (obrigações).

Os ativos de uma empresa podem ser bens (maquinas, veículos, estoques, dinheiro), direito (títulos a receber, depósitos bancários). Os passivos são os fornecedores, salários a pagar, empréstimos bancários, impostos a pagar, patrimônio líquido, capital (todo dinheiro que a empresa insistiu para abertura da empresa).

1.2.4 Demonstração de Resultado de Exercício (DRE)

São os resumos da receitas e despesas da empresa do determinado período de 12 meses. Ela é apresentada de forma dedutiva, ou seja, uma receita subtraí as despesas e temos o resultado do lucro/prejuízo.

Segundo Marion (2006, p. 82) “É o total bruto vendido no período, neles estão inclusos impostos sobre vendas são eles: IPI, ICMS, ISS, PIS, COFINS.

Lucros Brutos sabem que é a diferença entre a venda e o custo da mercadoria que foi vendida. O lucro operacional é a diferença entre o lucro bruto e despesas operacional, as despesas são geradas pela necessidade de vender os produtos, administrar e financiar empresa, despesas de vendas (área de venda, comissões, propagandas, marketing), despesas administrativas (alugueis, salários, honorários), despesas financeiras (aplicações financeiras, juros, descontos), o lucro líquido é o valor que os proprietários têm a sua disposição. Sendo este lucro de grande importância assim como esta demonstração de resultados do exercício, com estes resultados já podemos avaliar o lucro ou o prejuízo da empresa.

1.3 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

A tributação no Brasil sofreu muitas alterações desde a colonização até nos dias atuais. Desde que pode- se lembrar e conhecer como tributação, o seu modelo na época da colonização visa apenas deveres e não direitos aos segurados, nesse mesmo sentido o sistema tributário recebia todo valor para ser destinado aos nossos colonizadores portugueses, tudo que se arrecadava aqui era levado para Portugal como uma forma de se manter submissos a eles.

Sendo assim, segundo Santos (2010) a origem da tributação no Brasil se deu com a sua colonização por Portugal a assim, o direito vigente, a partir desse momento, sofreu sérias influências do direito geral português, do direito colonial especial formado para o Brasil. Logo o poder de crescimento surgiu, tornando o Brasil o grande alvo de oferecer esse poder, por que tínhamos uma grande riqueza em pau-brasil considerada o primeiro tributo brasileiro e decorreu da exploração da arvore nativa, minas de ouro e a grande produção de açúcar, tornado um dos principais gerados da maior riqueza de Portugal.

Com o passar do tempo de muita exploração o Brasil, começou a passar por um grande déficit de Estado (1650), foi então que se percebeu uma grande necessidade de ter uma constituição para começar- se a cobrança de tributos sobre suas mercadorias. Durante o primeiro reinado houve grandes inspirações sobre o sistema no Brasil, surgindo então uma estrutura mais moderna, surgindo uma constituição por um golpe legislativo que segundo Freire (1995, p. 32), “[...] foi um regime de posse centralizada apenas uma pessoa tinha o poder de cobrança sobre as outras deixando a constituição foram de ação, apenas favorecendo a um e não a todos”.

Em 1824 a constituição sofre com a falta de êxito da melhoria na estrutura do sistema tributário, a baixa na constituição ocorreu por que o governo não conseguiu descentralizar as matérias relevantes e de maior taxa de impostos dos grandes produtores. Com o fim do reinado de Don Pedro I, a constituição sofreu alteração sendo ela: estabelecer e discriminar os tributos e suas taxas um a um, sendo assim período o período imperial no Brasil terminou de uma maneira que deixou um sistema tributário mais adequado e coerente aos seus usuários.

No período da constituição republicana, houve uma grande reforma na cobrança do tributo o governo passou a preocupar na sua cobrança a fim de estabelecer um patrimônio, o Brasil tornou-se uma federação, mas as receitas tributárias cabiam, apenas, à União e aos Estados; ficaram excluídos os municípios característica de um sistema censitário, concentrador de poder, segundo Santos (2010),o tempo passou o sistema se modificou várias vezes até chegar a centralização total do sistema tributário somente ao governo, sendo a cobrança sobre o consumo e faturamento dos produtos.

O direito e a contabilidade trabalham junto no sistema tributário, o direito com a função de fazer cumprir das às normas que são obrigatórias a sociedade, já na contabilidade é a ciência que busca a pratica, controle e registros dos atos e fatos que ocorrem na administração econômica.

Segundo Musgrave (1976 p.44), “Sistema Tributário é entendido como sendo o complexo de regras jurídicas formado pelos tributos instituídos em um país ou região autônoma e os princípios e normas que os regem”.

O Brasil é conhecido por ter um sistema tributário ineficiente e injusto. O sistema tributário nacional foi criado para harmonizar as relações sócias para atender seus princípios fundamentais, é formado por regras que disciplinam o poder imposto pelos órgãos públicos [...]. (SILVA, 2014). Nosso país mostra que além de termos uma carga tributária elevada temos esse sistema todo defasado que acaba gerando prejuízos aos seus usuários.

Sobre a obrigação tributária Alexandre, descreve que:

A relação jurídico-tributária é eminentemente obrigacional, tendo como credor um ente político (União, Estado, Distrito Federal ou Município) ou outra pessoa jurídica de direito público a quem tenha sido delegada a capacidade ativa e, como devedor, um particular obrigado ao cumprimento da obrigação tributária. (ALEXANDRE, 2010, p.278).

Para podermos entender o sistema devemos saber o que o código tributário nacional manifesta a respeito da legislação tributária, na lei de nº 5.172/66 de 25 de outubro de 1966. Art.96. A expressão ‘legislação tributária’, compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que verem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas pertinentes.

1.3.1 Princípios Constitucionais Tributários

Os princípios constitucionais têm uma grande importância para a sociedade, através desses princípios os cidadãos, tendem a seguir essas normas para que todos os indivíduos tenham uma conduta.

Princípios para Mello são:

Mandamentos nucleares de um sistema, verdadeiros alicerces dele, disposição fundamentais que se irradiam sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que reside a inteligência das diferentes partes componentes de todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo. (MELLO, 1980, p.230).

Os princípios tributários prevalecem sobre tudo e todas as demais normas jurídicas. Segundo a constituição os princípios a seguir são garantias de assegurar o contribuinte de prejuízo, são eles:

Princípio da igualdade: Na constituição Federal no artigo 5 relata que: “ todos são iguais perante a lei”, as cobranças dos tributos devem respeitar a igualdade do cidadão, visando olhar suas diferenças sócias e econômicas.

Princípio da legalidade: Segundo Figueiredo (2007, pag.43) “a fim que os cidadãos não sejam obrigados a se submeter a arbitrariedade”, não se pode cobrar tributos, estabelecer benefícios e punições sem que estes estejam na constituição, leis e deveres legais.

Princípio da liberdade: Na Constituição Federal no artigo 5, inciso IV descreve que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, o Estado não pode ter liberdade de cobrar tributos de forma desonrosa e desproporcional do cidadão.

Princípio da anterioridade: A Constituição Federal em seu artigo 150, fala que sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, Estado e Município, cobrar os tributos no mesmo exercício financeiro em haja sido publicado a lei que os institui ou aumentou, impede que o Estado possa cobrar o tributo antes da data de vigência.

Existem vários outros princípios como: competência, uniformidade geográfica, não discriminação tributária, capacidade contributiva, autoridade tributária, tipologia tributária.

1.3.2 Tributos

Para o Código Tributário Nacional, o tributo é:

É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda de cujo valor nela possa exprimir que não constitui sanção por ato ilícito, instituí em lei é cobrado mediante atividade administrativa vinculada. (CTN, art. 3º).

Resumindo o tributo é uma obrigação do cidadão com o estado, o cidadão que presta algum tipo de serviço seja ele pecuniário feito em moeda deve se cobrar, o que chamamos de tributo.

Os tributos são bem antigos, é cobrada desde o começo da civilização, a cobrança mais antiga que se tem registrado é de 2.350 A.C, Ferreira, 2015. O império Romano eles praticavam as guerras de conquistas e depois cobravam do povo, acontecendo assim com várias outras civilizações, como Portugal cobrava do Brasil (sua colônia), na idade média foi criado o feudalismo, os donos dos feudos cobravam de seus subordinados os tributos em troca o senhor feudal daria a eles proteção, moradia e alimentação.

Com o fim da idade média, foi quando surgiu a idade moderna ocorreu entre os anos 1453-1798, os feudos deixaram de existir e surgiram os pequenos reinos com seus crescimentos foram originando os Estados Nacionais, logo o monopólio do comércio tomou novos destinos na civilização, fazendo com que os países fossem praticar a navegação comercial, aonde traziam consigo produtos de outros países para comercializar em seu país de origem, assim que chegavam ao país o rei os cobravam uma certa quantidade de moedas sobre sua mercadoria(tributos).

Na época das descobertas e grandes expedições no Brasil (1500-1532), houve a extração do pau-brasil, com essa extração a coroa portuguesa iniciou a colonização, pagando a sua colônia um quinto do pau-brasil como uma forma de ônus fiscal (sendo o primeiro ônus que o Brasil teve nessa época).

Logo em seguida vieram as chamadas capitânicas hereditárias que buscavam guardar as terras conquistadas, a qual Dom Pedro III, decidiu dividir a parte litorânea em quinze partes cada uma possuía um capitão, chefe e superior, nessa época não havia nenhuma organização fiscal, mais os tributos eram pagos em espécie (in natura), assim enviados a Portugal, Ferreira, 2015. No governo novo 1548-1763, os tributos ainda eram cobrados pelos rendeiros que eram pagos em in natura como: açúcar, pau-brasil, couro, farinha entre outros, a moeda que ali circulava era portuguesa o cruzado (mais não era utilizada para pagamento de tributos).

Por volta de 1808, a corte portuguesa foi invadida pelas tropas de Napoleão fazendo com que a família real viesse ao Brasil, assim que aqui chegaram foram abertos os portos para se fazerem negócios com outros países. A tributação mudou, e assim foi criado um novo tributo a Taxa, com a evolução do tributo veio a preocupação do bem-estar social.

1.3.3 Espécies de Tributos

Os tributos, de acordo com a legislação tributária brasileira, estão estruturados da seguinte forma:

a) impostos: segundo o artigo 16º do CTN “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específicas relativa ao contribuinte”, exemplos são: ICMS, IPTU, IR etc.

b) Taxas: no artigo 77º do CTN a taxa é aquela que possui como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva e potencial, de serviço público específico e divisível, sendo eles: taxa de emissão de documento, taxa de licenciamento anual de veículo, taxa de registro comercial.

c) Contribuições de melhoria: cobranças sobre benefício que foram melhorias ao contribuinte, ele é cobrado pela União, pelo Distrito Federal, Estado e Município, ele é pouco usual, pois é muito utilizado em custo de obras públicas. Exemplos são a CIP e a contribuição sindical laboral.

Existem elementos fundamentais do tributo que o tornam obrigatório. A obrigação tributária é um elo entre o direito público (sujeito ativo), exige do

contribuinte (sujeito passivo), a prestação de algum tipo de serviço, sendo essas condições escritas na lei.

Oliveira descreve sobre a lei como:

É o principal elemento da obrigação, pois cria os tributos determina as condições de sua cobrança (princípio da legalidade dos tributos). Contudo, assumem em um sistema jurídico, formas diferentes de expressão, a partir de um texto fundamental (constituição), as regras ordinárias de convivência (leis em sentido restrito). (OLIVEIRA, 2008, p.28).

Ela busca atuar na legalidade e colocando em pratica os princípios tributários. Para que ela possa atuar temos que ter o objeto ele representa as obrigações do sujeito passivo (contribuinte).

Segundo Machado, define a contribuições de melhorias como:

Contribuição de Melhoria como a espécie de tributo cujo fato gerador é a valorização do imóvel do contribuinte decorrente da obra pública, e tem por finalidade a justa distribuição dos encargos públicos, fazendo retornar ao tesouro público o valor despendido com a realização de obras públicas, na medida em que destas decorra valorização dos imóveis. (MACHADO, 2016, p.455).

Existem elementos fundamentais do tributo que o tornam obrigatório. A obrigação tributária é um elo entre o direito público (sujeito ativo), exige do contribuinte (sujeito passivo), a prestação de algum tipo de serviço, sendo essas condições escritas na lei.

1.3.4 Tributos Federais

1.3.4.1 Importação De Produtos Estrangeiros (II)

O imposto de importação ele é uma prestação pecuniária, ele é cobrado pelo Estado Brasileiro, isso ocorre quando há entrada de mercadoria estrangeira que são para o comercio no Brasil. Além de ser um imposto arrecadador ele tem finalidade extrafiscais. Segundo a CTN (art.20, lei 5.172/66) relata que esse imposto é de competência da União sobre a importação de produtos estrangeiros. Todos os impostos que são de competência federal têm grande peso aos empresários por que diante disso eles de modo algum não pode de deixar de pagar, logo que essas

mercadorias estão entrando no Brasil oriundo de outros países que tem liberdade de comercializar com os empresários brasileiros.

1.3.4.1.1 Base de Cálculo

No Código Tributário Nacional (art. 20) “a base de cálculo do imposto é quando a alíquota seja específica a sua medida adotada, e o preço normal for adicionado ao tempo de venda da mercadoria”, quando na fatura comercial, estipulada pelo país de origem. O contribuinte é uma pessoa jurídica.

1.3.4.1.2 Alíquota

Segundo a CTN (art.20 lei 55.172/66), “a sua alíquota é coordenada pelo Poder Executivo, sendo ela de forma simples [...]”. Uma das principais funções da extra fiscalidade é de proteger os produtos nacionais de qualquer concorrência dos produtos estrangeiros, é um fato gerador de entrada de produtos estrangeiros no território nacional.

1.3.4.2 Produtos Industrializados (IPI)

Segundo o decreto 7.212/10, é um imposto que é gerado sobre produtos industrializados sendo eles nacionais e estrangeiros. Esse imposto incide sobre todos os produtos que são cobrados as alíquotas.

Industrializado é um resultado da operação do RIPI como industrialização, as ações que modificam a matéria prima são consideradas industrializado. Exceto para produtos do ramo alimentícios, ouro, energia elétrica entre outros. Os contribuintes são os importadores, a indústria, o estabelecimento, consumidores. Seu prazo de recolhimento é de 25º dia do mês subsequentes do mês da compra. Sendo assim este imposto tem grande geração de valores para os cofres federais, a quais são distribuídos aos estados que lhe fazem necessário à sua utilização. Este imposto tem grande peso, por que através dele podemos saber quanto que esta industrializando no Brasil ou importando

1.3.4.2.1 Base de Cálculo

Segundo o art. 29 da lei 10.637 para a operação interna o valor da operação deve decorrer a saída do estabelecimento industrial ou que seja equiparado para o uso industrial, para a importação o valor que servir ou serviria para a base de cálculo dos tributos. Essa base de cálculo incide tanto na importação dos produtos nacionais ou estrangeiros.

1.3.4.2.2 Alíquota

Ele não é acumulativo, a uma tabela onde estão todos os valores de alíquota que incidem sobre os produtos industrializados, cada modalidade recai uma porcentagem de alíquota.

1.3.5 Tributos Estaduais e do Distrito Federal

1.3.5.1 Imposto de Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS)

Na Constituição Federal, (art.153), o imposto de Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS).

Ele tem destinação de financiar as atitudes do Estado e tem como fundamento o art.155, da Constituição Federal, sendo que é repassada aos municípios. Ele é aplicado sobre a circulação dos bens de mercadorias e serviços, ele não acumula. Este imposto é de grande importância para todos os empresários independentemente do setor, na sua maioria todos eles se utilizam desse imposto que sua aplicação nas mercadorias e serviços.

1.3.5.1.1 Base de Cálculo

É o seu valor venal do bem ou direito transmitido estabelecido por moeda corrente pela unidade de fiscalização.

1.3.5.1.2 Alíquota

Segundo a Constituição Federal sua alíquota é de 25% sobre serviços de comunicação e alguns podem chegar até 30%.

1.3.6 Tributos Municipais

1.3.6.1 Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU)

Segundo o Código Tributário Nacional, no art.32 compete sobre a propriedade predial e territorial urbana, seu fato gerador é a propriedade ou a posse do bem imóvel por natureza. O valor arrecadado é utilizado pela prefeitura para o melhoramento de: meio de fio, abastecimento de água, esgotos sanitários, rede iluminação ao público. O contribuinte é o proprietário do imóvel.

1.3.6.1.1 Base de Cálculo

Sua base de cálculo é valor de venda dos imóveis, alíquota varia de acordo com o município para o outro, segundo o Código Tributário Nacional, lei de 5.172/66.Essa base de cálculo é gerado pela prefeitura local e ela que fica responsável pela sua cobrança dentro desse valor do imóvel. Sua base é o tamanho do imóvel, sendo cada um tendo um valor diferente pelo fato ser cobrado somente o que está construído no terreno urbano.

1.3.6.1.2 Alíquota

Conforme a lei de nº 10.257/2001 dita que a alíquota é de 15% no máximo, buscando conscientizar os proprietários de forma correta a construir suas propriedades. Sendo assim que não cumprir com esse pagamento sua propriedade fica impedida de gerar qualquer negócio tanto na compra como na venda. Essa

alíquota não pode ter valor abusivo pois cada município tem a sua própria alíquota, sendo ela abusiva o munícipe pode requerer seus direitos na justiça.

1.3.6.2 Transmissão Inter Vivos, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Ressalvadas as Exceções Legais (ITBI)

Na Constituição Federal de 1988, relata que o ITBI é de interesse municipal é que seu fato gerador é a transmissão de bens imóveis, e sua sucessão (causa mortis), como eles são de interesse dos municípios cada um tem sua própria legislação. Ele não incide sobre a: a incorporação ao patrimônio de uma pessoa jurídica, ou quando decorre incorporação de uma pessoa jurídica para outro. Esse imposto somente usado em fatos de morte de seu contribuinte aonde seus deveres passam a um herdeiro por decisão dele ou por decisão judicial.

1.3.6.2.1 Base de Cálculo

No CTN art.33a base cálculo é o valor venal dos bens e direitos que foram transmitidos, seu contribuinte é qualquer parte que fará tributação, como descrito na lei, não podendo coexistir dois valores venais. Sendo assim esses valores tem que seguir os valores que cada bem transmitiu seu valor venal.

1.3.6.2.2 Alíquota

A alíquota em 2015 passou a ter uma nova porcentagem pela transmissão de Inter vivos sendo de: seu valor venal até 70.000,00 é isento, até 140.000,00 sua alíquota é de 0,5% e até 300.000,00 é de 2,4%.

1.3.6.3 Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Segundo o art.15 da Emenda Constitucional determinam e relatam que o imposto sobre os serviços de qualquer natureza do município, seu fato gerador é a prestação de serviços. Seu contribuinte é quem presta serviços de qualquer natureza, seu local de serviço deve ser um estabelecimento se não houver deverá

ser na residência do prestador de serviço. Para este imposto existe muitos contribuintes pelo fato de qualquer pessoa física ou jurídica tende a paga-lo.

1.3.6.3.1 Base de Cálculo

Lei complementar 116/2003, art.8 sua base de cálculo é o preço de serviço que prestador estabelecer dentro de todas as normas, sem abuso de preço, sendo assim o prestador fica livre de cobrar o valor que lhe achar justo pelo serviço que sua empresa prestou a determinada cliente sendo ele pessoa física ou jurídica tendo a obrigação da emissão da nota fiscal de serviço.

1.3.6.3.2 Alíquota

Ele possui uma alíquota mínima de 2 % conforme o art.88 da constituição federal, tendo uma alíquota máxima de 5 % no art.8 da lei complementar 116/2003. Os contribuintes tende de estarem atentos a essas alíquotas para que não sejam enganados e seja cobrado valor maior do que o permitido.

1.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Gaultier e Underdown Catelli definem planejamento como:

A mais básica de todas as funções administrativas, e a habilidade pela qual essa função é desempenhada determina o sucesso de todas as operações. Planejar pode ser definido como o processo de pensamento que precede a ação e está direcionado para que se tomem decisões no momento presente com o futuro em vista. (GAULTIER, 2001, p.157).

O planejamento tributário é forma de prevenção que a empresa possui para poder analisar a sua situação econômica tributaria, tornando assim o planejamento um objeto de tomada de decisão sendo elas legais e validas para a empresa, sendo assim uma empresa que não realiza esse estudo não prevê o que lhe pode acontecer no futuro. Como sabemos o planejamento ele não apenas um direito que o empresário possui na constituição mais é também um dever que está no artigo 153 da lei 6.404/76, que relata que “o administrador da companhia deve empregar, no

exercício de suas funções, o cuidado e diligencia que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”.

Segundo Fabretti (2005, p. 32), “O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas”. Ao longo dos anos, vem se tentando todas as possibilidades de reduzir de forma legal a carga tributária, pois somos um país que possui uma carga tributária muito elevada, fazendo assim com que o empresário busque forma ilegais de se driblar a carga tributária.

Segundo a revista Exame (2011) descreve o planejamento tributário como um estudo do seu desenvolvimento a através de uma revisão fiscal em que se devem aplicar os seguintes procedimentos: a) fazer o levantamento histórico da empresa, mostrando a origem de cada transação e buscando escolher formas mais adequadas para transações futuras. b) verificar as ocorrências de todas as transações geradores de tributos que foram pagos, buscar analisar os fatos e levantar se houve cobrança indevida ou recolhimento maior. c) analisar se houve ação fiscal sobre as transações que geram tributos; d) verificar anualmente qual a melhor forma de tributação de Imposto de Renda e a contribuição sobre o lucro (real ou presumida), e buscar saber qual foi a quantidade paga em tributos nos últimos anos.

1.4.1 Objetivos e Finalidade do Planejamento Tributário

O objetivo principal do planejamento tributário é a economia, ou seja, a diminuição legal do dinheiro que o povo entrega de tributos pagos ao governo, sendo assim Fabretti (2006, p. 152), define “Sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente exigido por lei”.

Segundo Andrade e Filho (2009, p.16) “existem três finalidades que o planejamento tributário atribui ao bom planejamento [...]”, sendo eles: A) evitar a incidência do fato gerador sobre o tributo. Exemplo: substituir a maior parte do pró-labore por distribuição dos lucros. B) reduzir o montante do tributo, sua alíquota, ou reduzir a base de cálculo tributo. Exemplo: ao preencher sua declaração de renda, pode se escolher em deduzir como desconto normal ou efetuar deduções de dependentes. C) retardar o pagamento do tributo, postergar (adiando) seu pagamento, sem a ocorrência da multa. Exemplo: transferir o pagamento do dia 30

para o dia 1º. Sendo assim os objetivos e as finalidades devem sempre estar em constante união por que através de uma se consegue obter êxito em outra.

1.4.2 Elisão e Evasão Fiscal

Para Cassone, elisão e evasão são:

Elisão fiscal e evasão fiscal são dois institutos do direito tributário antagônico, pois enquanto o primeiro expresso uma não incidência tributária legalmente admitida (ou uma tributação reduzida), o segundo é significativo de uma ilicitude para fugir da tributação. (CASSONE, 2004, p.525).

Essas duas formas de operação se distinguem pela forma de que colocadas em práticas, a evasão é uma forma ilegal de se fazer a redução de seus tributos já a elisão buscar praticar tudo o que está descrito nas leis.

A evasão fiscal equipara que todos os atos que são fora dos determinados em lei sejam punidos para que não haja consequência nos pagamentos de seus tributos de forma desonrosa, alei dos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (lei nº 8137/90), em seus arts. 1º e 2º, que qualquer desses atos pode caracterizar crime:

Art. 1º - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: I – omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias; II – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal; III – falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável; IV – elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato; V – negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação[...],(LEI 8.137 de 1990 do arts.1º e 2º).

Segundo Carrazza (2011, p.349) “a elisão fiscal pode ser definida como a conduta lícita, omissiva ou comissiva, do contribuinte, que visa impedir o nascimento da obrigação tributária, reduzir seu montante ou adiar seu cumprimento”.

A evasão consiste na distorção dos pagamentos dos tributos, seus atos podem simular operações que não são existem para o governo, fazendo com que o empresário pague mesmo ou nem chegue a pagar seus tributos.

Muitas empresas se beneficiam da evasão fiscal para a sonegação de impostos, essas empresas procuram de todo os modos reduzir a sua carga tributária, já na elisão as empresas tem sua carga tributária corretamente paga, sem se beneficiar da evasão.

1.5 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

A gestão tributaria se movimenta através de um estudo que é aplicado especificamente a empresa, estudo tem como objetivo buscar a realidade sobre os pagamentos de seus tributos, aliando os resultados a uma melhor forma de a empresa fazer economia, sendo ela feita de forma lícita. Este estudo é o planejamento tributário que segundo Fabretti (2005, p. 32), " O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas". Pode - se dizer que este estudo tem a prevenção do fatos administrativos que podem ocorrer dentro de uma empresa.

Esse estudo também pode ser feito para descobrir quando de tributos as empresas concorrentes pagam, toda essa grande carga tributária pode acabar fazendo com que a empresa seja mal organizada, tendo como consequência dessa má organização a sua falência, para que isso não possa acontecer sempre se aconselha a fazer um planejamento tributário.

A contabilidade tem grande importância com a gestão tributária através delas que podemos tomar as decisões corretas para a empresa. Assim os gestores precisam ter um conhecimento sobre a área tributária para que sua empresa não venha ter problema com as cargas tributárias, ou na sua saúde financeira, todo o gestor deve ter a sua empresa organizada, esse instrumento ajuda os gestores a ajudar a eles se manterem dentro da lei.

1.6 DIRETRIZES DO GESTOR TRIBUTÁRIO

As diretrizes do gestor são os estudos que precisam ser realizados em determinadas áreas da empresa para se apresentar os resultados para a empresa poder tomar a melhor decisão para o seu futuro. Logo esse estudo deve ser feito de

forma correta e de bastante precisão para que não haja erros para que as decisões tomadas não sejam devastadoras.

Essas diretrizes são: tributos que segundo a CTN são toda “prestação pecuniária compulsória, em moeda de cujo valor nela possa exprimir que não constitui sanção por ato ilícito [...]”, onde se realiza o planejamento tributário e faz o acompanhamento da legislação corretamente, auditoria busca descobrir nos sistemas ou no movimento interno se as operações que envolvem os tributos não apresentam nenhuma falha, gestão empresarial busca a profissionalização dos colaboradores para assim ter um melhoramento na controladoria da empresa e a tecnologia da informação busca fazer com que o trabalho seja atualizado para que não haja erros no decorrer dos estudos.

Com as diretrizes e com o planejamento tributário o gestor consegue tomar as decisões que lhe mostram mais cabível, para que no futuro não haja problema na administração da mesma. Assim as diretrizes são de grande importância para os gestores que tendem a tomar essas decisões, tudo deve estar na forma correta para que não haja prejuízo.

1.7 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

1.7.1 Lucro Presumido

Segundo Rodrigues, o lucro presumido é:

O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSSL (devidos trimestralmente) das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, a apuração do lucro real. A base de cálculo do imposto e da contribuição é apurada mediante a aplicação de um determinado percentual sobre a receita bruta. (RODRIGUES, 2009, p.327).

Essa forma de tributação tem como base de cálculo para a sua tributação do CSSL e do IRPJ o faturamento pelo percentual de presunção que o próprio governo estabelece em lei, seus contribuintes são pessoas jurídicas ou empresas individuais.

Segundo o art.14 da lei 9.718/98 aonde especificam que a pessoa jurídica que participar dessa forma de tributação precisa ter anual um faturamento de receita

bruta de igual ou inferior de 78.000.000,00 sendo ele dividido pela quantidade de meses em atividades.

1.7.2 Lucro Real

Conforme artigo 247 do RIR/99 o Lucro Real é:

Art. 247. Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º). § 1º A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º). § 2º Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do período de apuração, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período de apuração competente, excluídos do lucro líquido. § 3º Os valores controlados na parte "B" do Livro de LALUR, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão atualizadas monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos de apuração posteriores (LEI nº 9.249, de 1995, art. 6º).

O lucro real é o lucro líquido que é apurado mediante as exclusões e adições, esses valores que são apurados passam pela sua base de cálculo do imposto que gera sobre a renda apurada nos registros contábil anteriores que devem estar conforme a lei exige dos contadores

Esse tipo de tributária é a que menos os contadores utilizam por que precisa se fazer todos os lançamentos contábeis, sendo o que torna o honorário elevado fazendo com que eles fazem algo com mesmo custo e trabalho aos contadores.

1.7.3 Lucro Arbitrado

O arbitramento desse lucro se deve através do contribuinte da sua apuração no imposto de renda.

Para o art.47 da Lei 8.981/1995 o lucro arbitrado é definido como:

Uma forma de apuração da base de cálculo do Imposto de renda utilizada pela autoridade tributária ou pelo contribuinte quando a pessoa jurídica deixa de cumprir as obrigações relativas à determinação do lucro real ou presumindo. (Art.47 LEI 8.981 de 1995).

As porcentagens devem ser aplicadas sobre a receita bruta, para se obter o valor do lucro arbitrado.

1.7.4 Simples Nacional

Segundo a Receita Federal simples nacional “é um regime tributário diferenciado que contempla empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões tendo um limite de até R\$ 4,8 milhões em 2018”. Esse regime foi criado em 2007, para os pequenos e micros empresários.

Esse regime permite que esses empresários possam recolher seus impostos federais, estaduais e municipais em apenas uma única guia. A sua alíquota ela é diferenciada conforme a sua receita anual.

A guia de recolhimento se chama DAS significa Documento de Arrecadação do Simples Nacional, com passar do tempo muitas empresas aderiram a esse regime pela facilidade de lidar com ele, o que acaba saindo do controle por que muitas empresas não devem ser tributas por este regime por sua receita ser maior do que é permitido.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 QUANTO AOS FINS

Quanto aos fins, este trabalho será: Uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, explicativa e quantitativa e qualitativa.

2.1.1 Exploratória

A pesquisa exploratória tem como objetivo agir com maior interação com o problema, pois, existe pouco conhecimento acerca do que será tratado no trabalho. Vergara 2005, p. 47, descreve que a pesquisa exploratória “é realizada na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”.

2.1.2 Descritiva

Na pesquisa podemos retirar informações sobre o que for pesquisado, buscando entender os fatos e fenômenos da pesquisa, sendo assim essa pesquisa não tem compromisso de explicar os fenômenos que estamos pesquisando.

2.2 QUANTO AOS MEIOS

Quanto aos meios, este trabalho será: Bibliográfico, Pesquisa de campo, quantitativa e qualitativa;

2.2.1 Bibliografia

Este trabalho terá um caráter de revisão documental bibliográfico através de leitura, revisando artigos e bases de pesquisas. Para Vergara (2005, p.48), “é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais entre outros”.

2.2.2 Pesquisa de Campo

Nessa fase faremos um questionário aonde será distribuído entre as empresas que obtivemos através da amostragem. Vergara (2005, p.47), “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno a ser pesquisado”.

2.2.3 Quantitativa

Na pesquisa realizada foi empregado elementos estatísticos para a obtenção dos resultados, seja ele na coleta ou no tratamento desses dados.

Segundo Beuren (2004, p.92) “esse procedimento não é tão profundo na busca de conhecimento da realidade dos fenômenos”.

2.2.4 Qualitativa

A pesquisa qualitativa obtida neste trabalho foi de destacar as características que a pesquisa qualitativa não conseguiu encontrar em seu estudo. Para Gil (2008, p.133) “depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados que foram coletados e da amostra desses dados [...]”.

2.3 UNIVERSO E AMOSTRA

2.3.1 Universo

Neste trabalho, o universo a ser pesquisado será todas as empresas do setor comercial que comercializam calçados e confecções na cidade de Juina/ MT, e que, de acordo com informações do setor de tributação da Prefeitura Municipal de Juina, totalizam cerca de 145 empresas, sendo elas micro, pequena, médio e grande porte.

2.3.2 Amostragem

Para Gil (2008, p.121) “a amostragem pode assumir formas diversas, em

função do tipo de população, de sua extensão das condições matérias para realização da pesquisa”

Do universo das empresas a serem pesquisadas, foram selecionadas 44 empresas de acordo com o cálculo da formula abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2(N - 1)}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra a ser calculada

N = Tamanho do universo

Z = o desvio do valor médio aceito para alcançar o nível de confiança desejado

Nível de confiança:

95% = Z: 1,96

e = Margem de erro máximo= 5%

p = proporção que se espera encontrar =5%

Cálculo:

$$n = \frac{145 \cdot 1,96^2 \cdot 5 \cdot (1 - 5)}{1,96^2 \cdot 5 \cdot (1 - 5) + 5^2(145 - 1)}$$

n = 44 EMPRESAS

2.4 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Para Vergara (2005, p. 53) “os sujeitos de uma pesquisa são aqueles que fornecerão os dados que o autor necessita para fazer a pesquisa”.

As empresas foram selecionadas de forma aleatória, olhando apenas para as facilidades de acesso das mesmas.

2.5 COLETAS DE DADOS

Segundo Gil (2008, p.100) “[...] é feita mediante a manipulação de certas condições e a observação dos efeitos produzidos”.

A coleta de dados foi feita através de uma pesquisa de campo, utilizando-se de um questionário contendo 11 perguntas de cunho fechado e 2 perguntas abertas totalizam 13 perguntas e, para cada pergunta fechadas, existe um número de 5 opções para as respostas dos pesquisados.

2.6 TRATAMENTO DE DADOS

Segundo Gil (2008, p.88) “é análise dos conteúdos podem ser eles quantitativos e qualitativos, para a obtenção dos resultados”.

Os dados obtidos pela pesquisa serão tratados de forma quantitativa, tendo em vista utilizarmos métodos estatísticos para a obtenção dos resultados. Os métodos que foram utilizados foram planilhas de Excel, revisão bibliográfica e a pesquisa de campo.

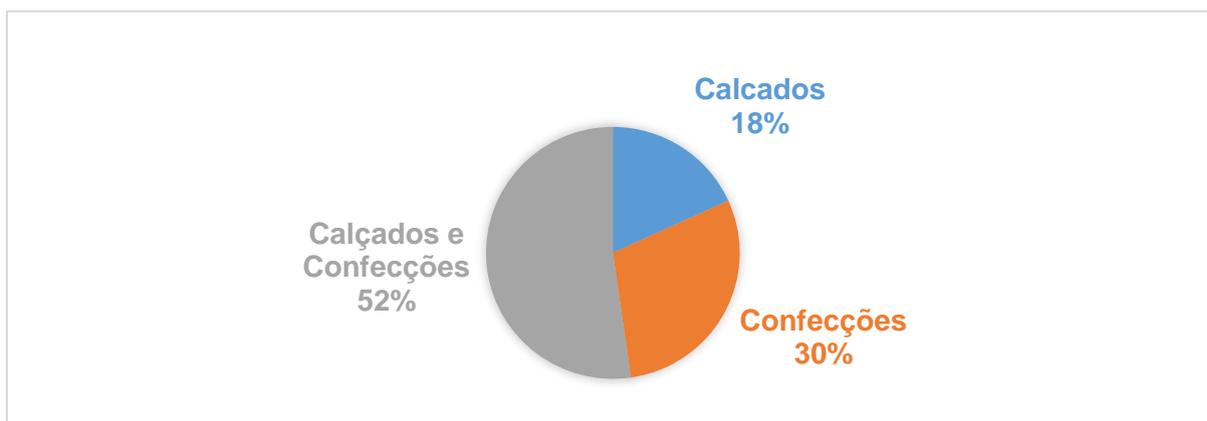
3 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS

Na busca de obter informações que dessem sustentação à resposta de nosso problema de pesquisa, e atender ao objetivo geral do trabalho, conforme está descrito no item 3 (Metodologia) buscou-se elaborar uma pesquisa de campo, junto aos empresários da cidade de Juina/MT, dos setores de calçados e confecção, buscando entender o porquê da escolha do modelo tributário para a empresa e, se esta escolha, foi uma escolha do próprio empresário, ou se foi influenciado pelo profissional da contabilidade que lhe presta serviços, ou se por indicação de terceiros.

Na mesma pesquisa, buscou-se também colher informações sobre a possibilidade de o empresário pensar em mudar o seu modelo tributário, baseado em um estudo das operações da empresa e através de um planejamento, o que permitiria apresentar com um nível de certeza grande, a melhor forma tributária para empresa e que lhe trouxesse uma menor carga tributária

Assim, a pesquisa foi elaborada com 44 (Quarenta e Quatro) empresas do setor definido e descrito acima e, os resultados obtidos estão apresentados conforme o que descreve os gráficos abaixo.

Gráfico 1 - TIPOLOGIA DAS EMPRESAS

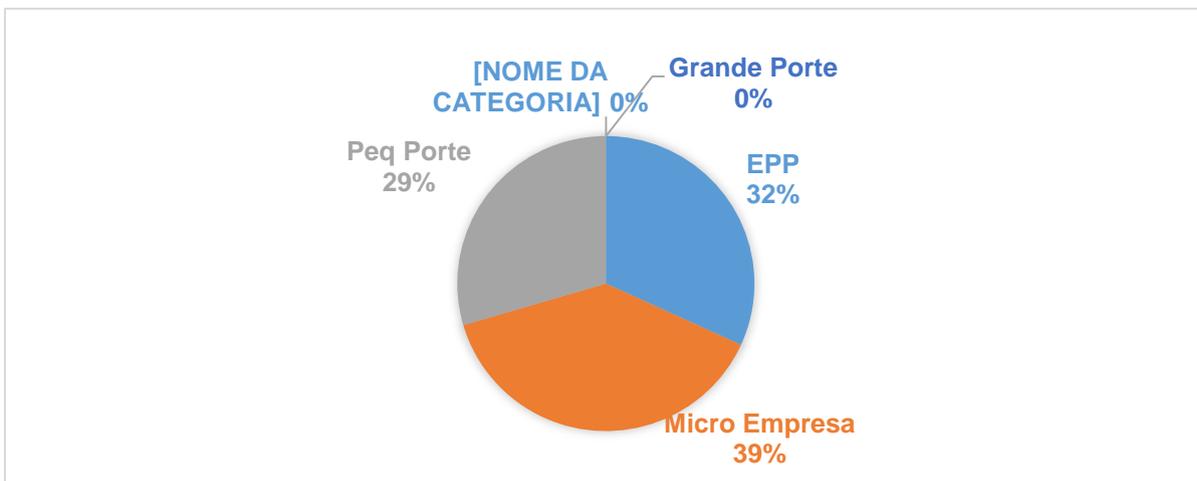


Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora

O GRAF 01 nos mostra o tamanho da amostragem de empresas pesquisadas. Buscamos por meio de este determinar a tipologia das empresas participantes da pesquisa e, estas foram: 52% das empresas pesquisadas

pertencem a empresas que comercializam calçados e confecções; 30% são empresas que se dedicam apenas comercializar confecções e 18%, são empresas que comercializam apenas calçados.

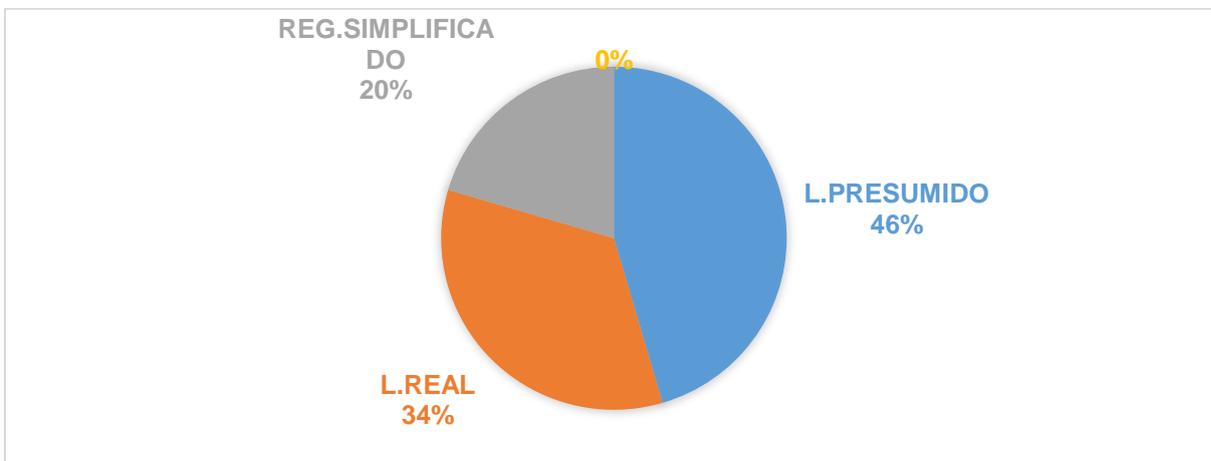
Gráfico 2- CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

Neste GRAF 2, podemos analisar a classificação da empresa dentro dos portes exigidos por lei, no gráfico notamos que: as microempresas possuem 39%(2,4 milhões a.a. receita anual), as EPP estão com 32%(360.000,00 a.a.) e assim as de pequeno porte retém cerca de 29 %(2,4 há 16 milhões anualmente), as medias e grande porte não se fazem presente nesta pesquisa.

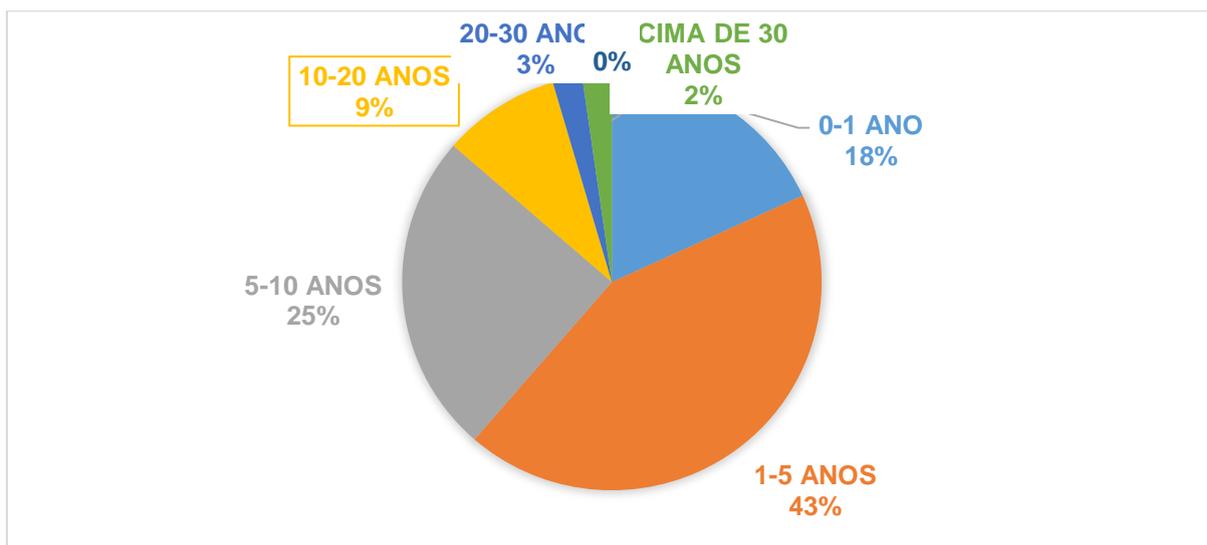
Gráfico 3- REGIME TRIBUTÁRIO



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

No GRAF 3 o regime tributário que as empresas do setor de calçados e confecções utilizam foram os seguintes: 46% optam pelo lucro presumido, 34% lucro real e 20 % regime simplificado, nessa pesquisa notamos que as empresas buscam a forma mais fácil de se tributar para que não haja problemas.

Gráfico 4-TEMPO DE EXISTÊNCIA

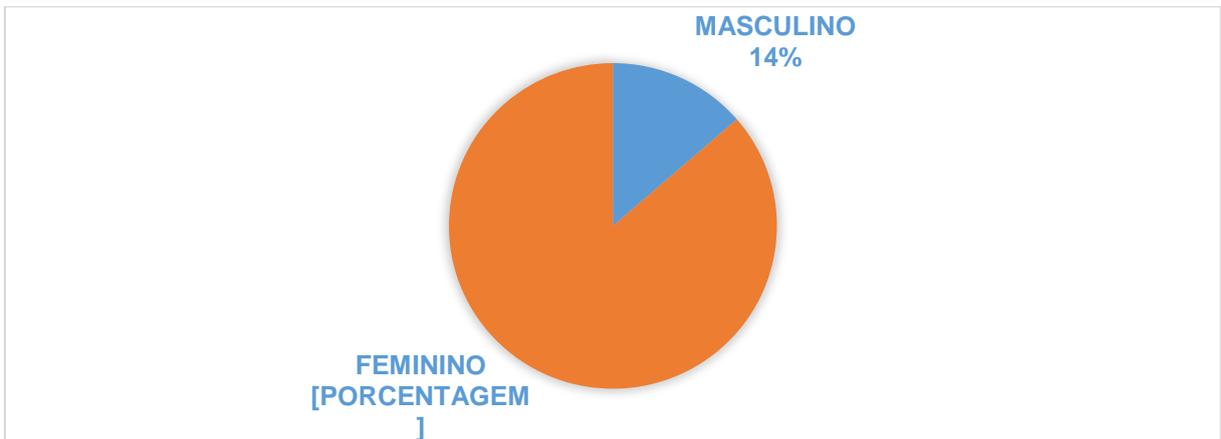


Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

A pesquisa nos mostra que muitas empresas são novas no ramo de calçados e confecções que ainda estão em fase de consolidação e desenvolvimento. O GRAF 5 revela que 43% das empresas possuem entre 1 e 5 anos de existência, 25% têm 5 a 10 anos de vida, 18% possuem 10 a 20 anos de existência e 9%, têm 20 a 30 anos e, apenas 3% possui mais de trinta anos.

Com este resultado podemos notar que as empresas que estão no mercado atual são recentes o que pode possibilitar que elas não consigam se manter neste ramo pela fato de experiência econômica o que acaba fazendo com que o consumidor procure empresas antigas, que já conhece, para que essas novas empresas possam evoluir e crescer, elas precisam fidelizar seu cliente para que passa a comprar em sua empresa para que não haja sua falência, o que ocorre com as antigas não buscam trazer inovações para seus clientes que preferem adquirir o mesmo produto em outras lojas.

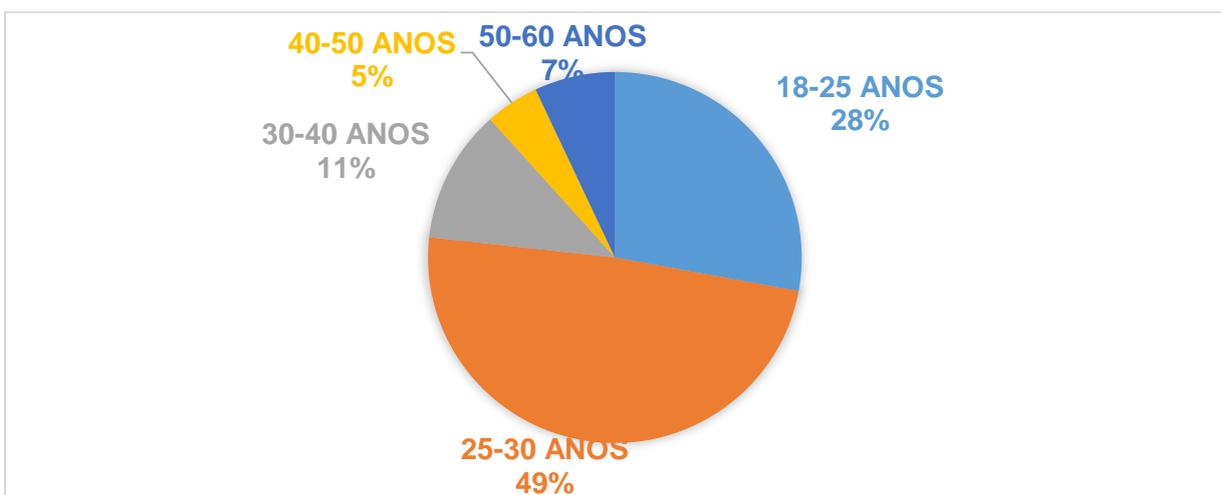
Gráfico 5-GESTOR DA EMPRESA



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

No GRAF 5, nos mostra que as mulheres como gestoras dominam o mercado de calçados e confecções na pesquisa têm um resultado de 86% e de 14 % são gestores do sexo masculino, muita empresa tem uma idéia de que só mulher entende de roupa e calçado o que lhe dá uma idéia de só contratar mulher para o cargo de gestor, nessa pesquisa os homens são aqueles são donos da loja por isso são os gestores não que lhe foi oferecido esse cargo e sim está ali por que é seu próprio negócio.

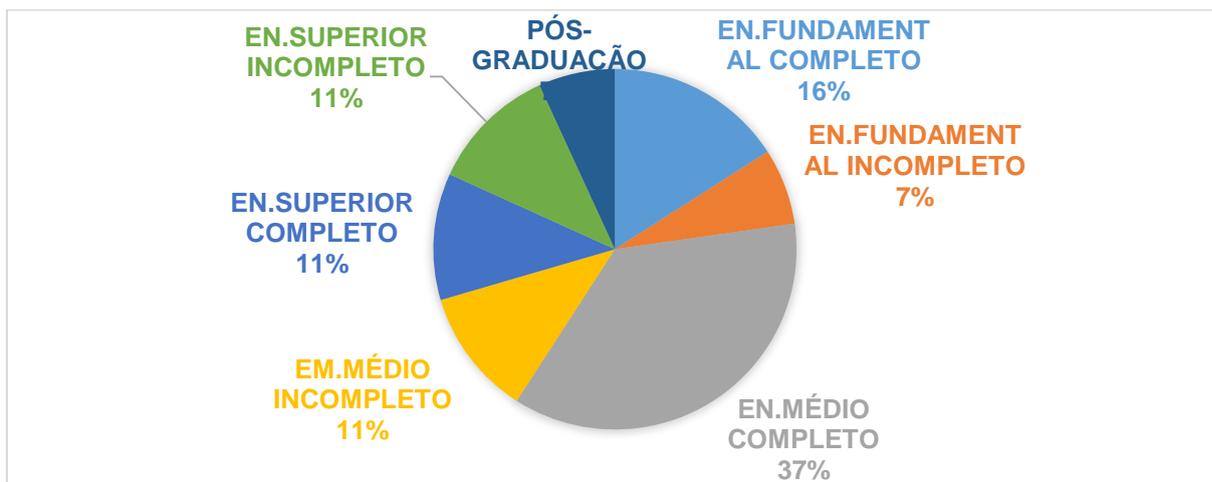
Gráfico 6- IDADE DO GESTOR



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

Neste GRAF 6, foi realizada uma pesquisa para saber a idade do gestor a pessoa a frente da empresa e tivemos o seguinte resultado: 49% são pessoas de 25-30 anos, 28% gestores de 18-25 anos, 11% são entre 30-40 anos, 5% pessoas de 40-50 anos e 7% gestores 50-60 anos que geralmente tem sua empresa a muitos anos em Juina/MT.

Gráfico 7- GRAU DE ESCOLARIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

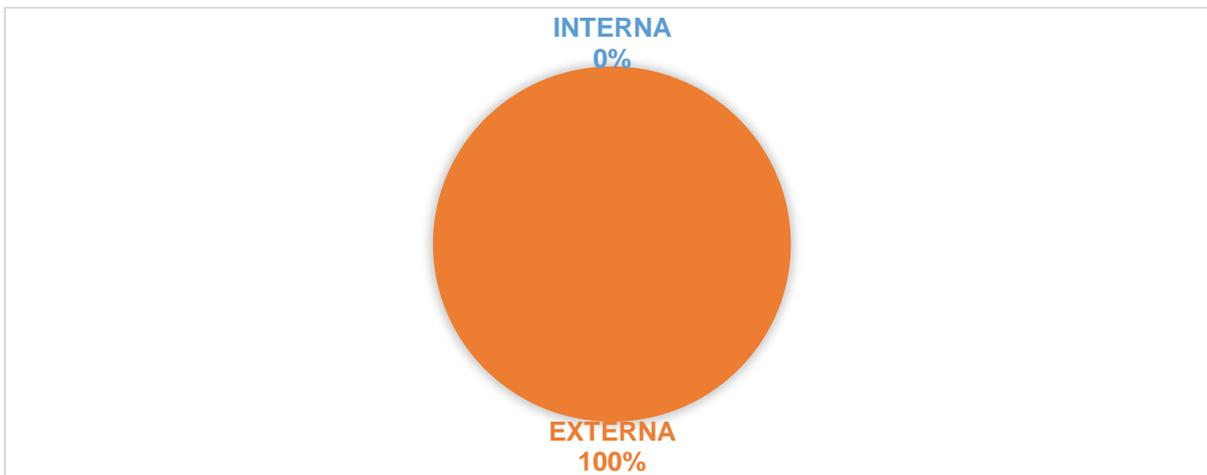
Nesse GRAF7, foi buscado saber o grau de escolaridade dos gestores e podemos observar que os gestores eles não buscam se profissionalizar para poder atuar como gestora os resultados a seguir mostra essa realidade: 37% tem apenas o ensino médio completo, o ensino fundamental completo ocupa 16%, ensino médio incompleto, superior incompleto e completo estão com percentual de 11% cada um, a pós-graduação e o ensino fundamental incompleto tem 7% cada item.

A importância desses GRAF mostra que a falta de escolaridade possa contribuir para que o contador possa decidir a forma tributária que lhe possa facilitar seu serviço, se esses gestores tivessem uma formação acadêmica elevada com certeza a pesquisa teria um resultado mais satisfatório que os contadores estas fazendo a tributação das empresas dentro da forma tributação correta.

Este GRAF tem dados importantes para nos entendermos como os empresários de Juina-MT, buscam os seus profissionais não pela qualidade acadêmica mais sim muitas vezes por indicação, familiares, amigos e conhecidos, os

empresários não estão preocupados com a qualidade de seus gestores apenas nos lucros que vão gerar para sua empresa.

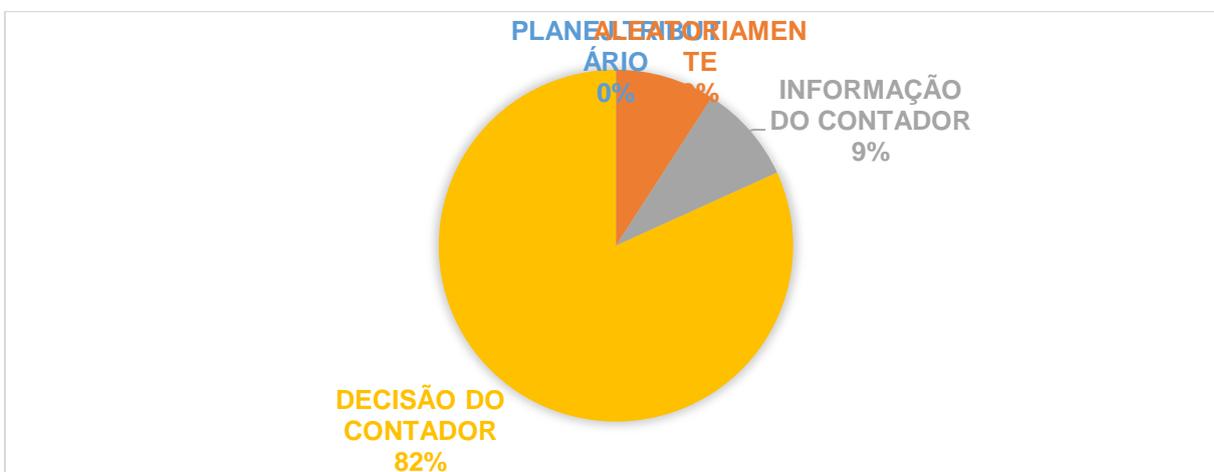
Gráfico 8- CONTABILIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

Nessa pesquisa o GRAF 8 demonstra que as empresas não fazem sua contabilidade internamente, ou seja, eles buscam escritórios de contabilidade para fazerem sua contabilidade, para eles é bem mais fácil pagar os honorários do que manter um contador em sua empresa faz sua contabilidade externamente isso nos mostra através desse gráfico com 100%.

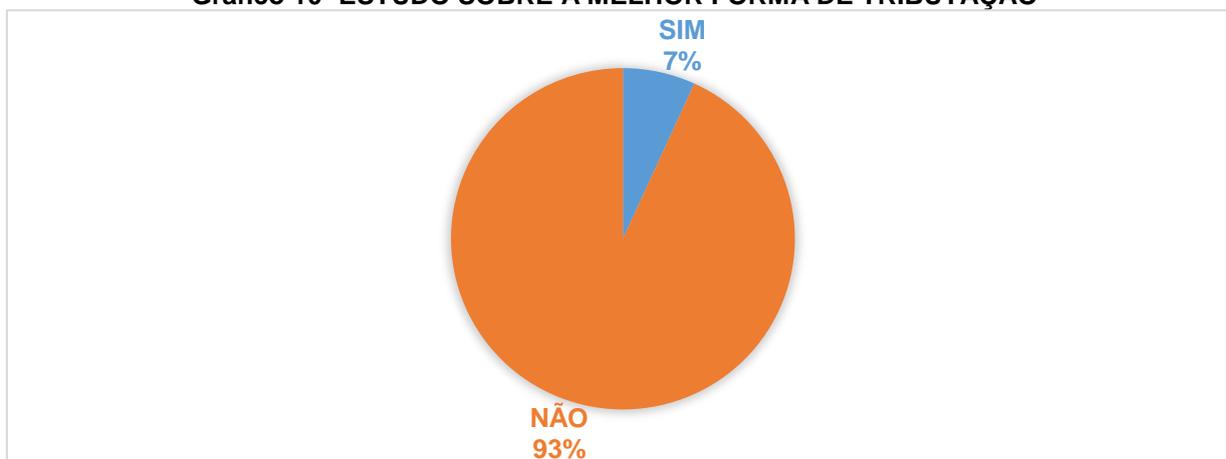
Gráfico 9-ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

No GRAF9, demonstra a escolha do regime tributário na pesquisa houve os seguintes resultados: 82% foi pela decisão dos contadores da empresa, 9% informação do contador ao gestor e 9% aleatoriamente, esses resultados nos mostra que nenhuma empresa das pesquisa optou por fazer um planejamento tributário da sua empresa, mostra que os contadores deveriam passar essas informações aos empresários sobre a necessidade de se fazer um planejamento o que não acontece eles apenas escolhem a forma mais fácil para eles tributarem a empresa.

Gráfico 10- ESTUDO SOBRE A MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO



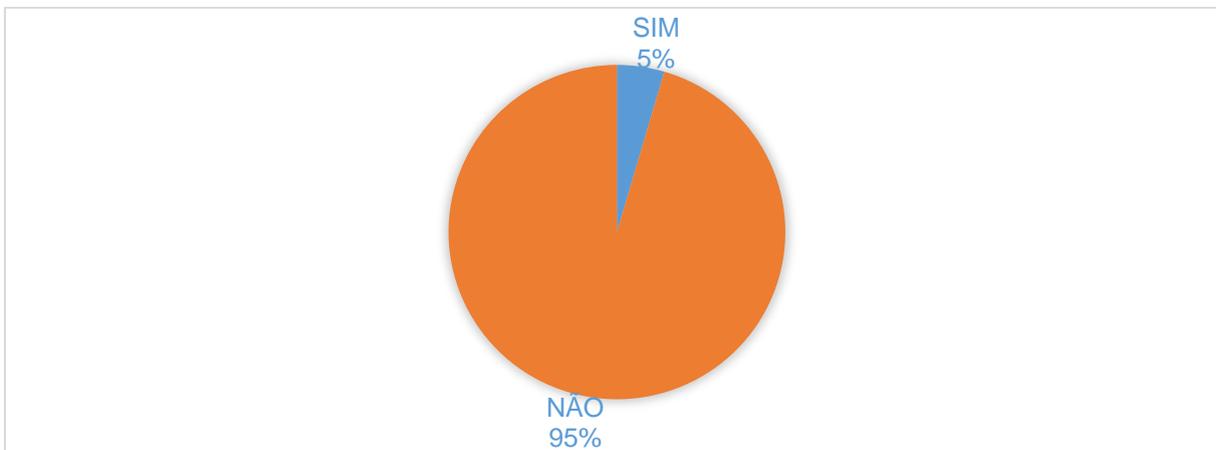
Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

O GRAF 10 mostra que se o contador já mostrou ao empresário a importância de se fazer um estudo sobre se a forma tributária está correta ou se pode melhor, os resultados foram: 93% para não e 7% para sim. Muitos clientes buscam aquilo que lhe é mais barato gerando assim, fazendo com que o contador busque aquilo que ele quer colocando ele num regime que não condiz com sua empresa para que o empresário possa pagar menos, fazendo isso o contador acaba ferindo o código de ética profissional, somente pelo simples fato de não perder aquele cliente para a concorrente.

Este resultado mostra como os profissionais da área de contabilidade não têm orientado seus clientes sobre esse estudo ter grande importância para sua empresa, os contadores apenas buscam fazer e lançar as empresas no regime que é fácil de se fazer a contabilidade para que não gere transtorno a ele, este estudo poderá mostrar que os empresários podem estar no regime tributário errado fazendo com

que ele paga há mais de tributos o que lhe pode estar gerando prejuízos ao invés de lucros.

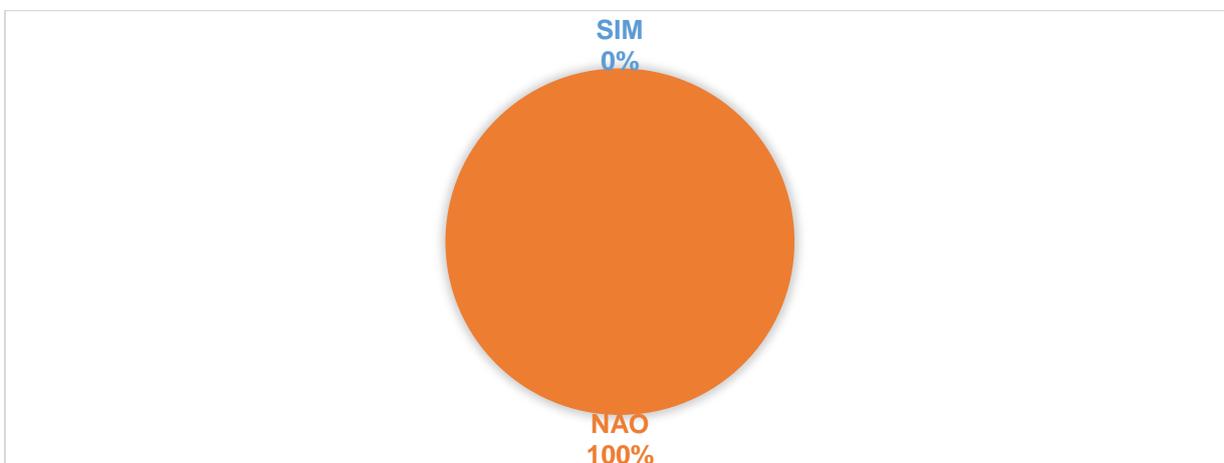
Gráfico 11- MUDANÇA DE REGIME TRIBUTÁRIO



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

Nesse GRAF 11, foi questionado para o gestor se ele já se interessou em mudar de regime tributário tivemos 95% não e 5% sim, podemos descrever que o contador tem grande influência sobre os empresários, o que eles poderiam ajudar e fazer uso da sua função e tentar ajudar os empresários a lhes fazerem os planejamentos tributários o que não vem acontecendo, o que acaba fazendo com que o gestor nunca busque uma melhora para sua empresa na área da tributação.

Gráfico 12- PROPOSTA DE ESTUDO



Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora.

Esse resultado acima mostra que o empresário tem uma visão de que se eles já pagam o contador eles não gastariam de novo, para poder realizar esse estudo as respostas obtidas foram que não gastariam, estavam em crise e que é função do contador que ele paga os honorários, a grande maioria respondeu que se esse estudo fosse de graça o profissional poderia realizar esse estudo sem problema algum.

3.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa pesquisa tinha como objetivo buscar a resposta ao problema, que era: como os empresários de Juina-MT, do setor de calçados e confecções aderem à forma tributária do IR e do CSLL? Diante desse problema foi elaborada essa pesquisa de campo.

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo aonde se buscava saber dos empresários do setor de calçados e confecções o motivo por que aderiam a essa forma tributária do IR e CSLL, nessa pesquisa tivemos muitos resultados preocupantes, no final podemos observar que as empresas em sua grande maioria buscam mulheres para serem gestoras ao invés de homens, também podemos analisar que a idade dos gestores também tem influência nessa escolha eles buscam pessoas mais jovens para esse mercado mais quando foi perguntado o grau de escolaridade desses gestores tivemos uma surpresa a grande maioria não busca se qualificar para o mercado de trabalho possuem apenas o ensino médio completo.

Foi questionado também o porquê de não fazerem a contabilidade interna a resposta foi bem básica, que não tinham condições de manter um profissional contábil dentro da empresa por isso optavam em contratar um escritório no ramo para fazerem sua contabilidade. A grande maioria nunca foi informada pelo seu contador ou ouviu falar sobre o planejamento tributário então não sabiam me informar por que escolher aquela forma tributária, apenas disseram que foi decisão do contador, aleatoriamente nesses casos de o contador escolher acaba escolhendo o que lhe torna mais fácil para fazer, ou seja, o lucro presumido, o que acaba criando transtorno para as próprias empresas por que as vezes a empresa tem grande chance em diminuir sua carga tributária, mais isso acontece até pela grande falta de

informação ou treinamento sobre o planejamento tributário o que faz com que o trabalho do contador seja desvalorizam a nossa própria função.

Na pesquisa obtivemos as seguintes respostas na sua grande maioria os empresários sempre responderam que tudo que acontece na empresa foi decisão do seu contador, quando questionado o motivo da sua escolha pela forma tributária alegaram que os contadores que escolheram, com isso concluímos que os contadores lançam as empresas de seus clientes na forma que lhe é mais fácil de fazer, não se importando se aquela forma tributária escolhida esteja errada ou que seu cliente talvez esteja pagando há mais do que deveria pagar.

A pesquisa mostrou também que os gestores dessas lojas não possuem uma formação acadêmica elevada apenas o ensino médio completo ou fundamental, sendo assim que esses gestores não possuem um conhecimento sobre o regime tributário facilitando o contador tomar essa decisão por si própria, esses gestores em sua grande maioria são mulheres que tem uma faixa de idade entre 25-30 anos, essas empresas são de existência muito recente com pouco mais de 1-5 anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carga tributária brasileira é considerada uma das mais altas em todo o mundo, o que nos demonstra que os brasileiros pagam muitos tributos e impostos e não tem retorno total desse dinheiro.

O planejamento tributário para as empresas que o utilizam consegue diminuir seus tributos, por outro lado as empresas que não fazem esse estudo não têm muito êxito em seus negócios, esse estudo é bastante minucioso por que analisa todas as áreas e as rotinas operacionais da empresa.

Os regimes tributários têm grande importância para as empresas por que é através deles que a empresa terá que pagar a terminada quantia pelos tributos que essa empresa gira.

Há não mudança de regime tributário pela parte da empresa acontece por que muitos contadores não buscam fazer o melhor pela a empresa que estão trabalhando, assim os empresários responderam que é função do contador saber o que é melhor para sua empresa, pelo fato de serem pagos para realizarem esse trabalho, só buscam saber se sua empresa está em dia com seus tributos ou impostos.

Quando os empresários foram perguntados se eles queriam participar de um estudo para saber qual a melhor forma tributaria que a empresa poderia adotar e também foi questionado se eles bancariam os custos, todos os entrevistados responderam que não pagariam, por que já pagam o escritório ou por que estão em crise ou por que não querem saber qual a melhor forma tributaria.

Desta forma, podemos considerar que atingimos nosso objetivo principal que era pesquisar a forma pelo qual as empresas do setor de calçados e confecções, aderem à forma tributária do IR e da CSLL.

Este objetivo foi alcançado, tendo vista termos respondido nosso problema de pesquisa que era: Como os empresários de JUINA-MT do setor de calçados e confecções aderem à forma tributaria do Imposto de Renda e CSLL.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 4 ed. São Paulo: editora Método, 2010.P. 418.

BRASIL, **LEI 8.981 de 20 de janeiro de 1995**. Institui a Conversão de Medida Provisória, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8.981.htm>. Acesso em 07 set. 2017.

_____. **LEI 9.249 de 26 de dezembro de 1995**. Institui a Alteração a Legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9.249.htm>. Acesso em 30 ago. 2017.

_____. **ARTIGO 247 do Código Civil, 10 de janeiro de 2002**. Institui o código civil da lei 10.406/02, disponível em: <www.jusbrasil.com.br/artigo247dalei10406de10dejaneirode2002>. Acesso em 05 ago. 2017.

_____. **LEI 9.718 de 27 de novembro de 1998**. Altera a legislação tributária federal, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9.718.htm>. Acesso em 8 ago. 2017.

_____. **LEI 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre a sociedade por ações, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6.404compilado.htm>. Acesso em 8 ago. 2017.

_____. **LEI 8.137 de 27 de dezembro de 1990**. Define sobre crimes contra ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8.137.htm>. Acesso em 15 ago. 2017.

_____. **LEI complementar 116, 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o imposto de serviço de qualquer natureza, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/lcp116.htm>. Acesso em 13 set. 2017.

_____. **Emenda Constitucional 1 de outubro de 1969**, artigo 15. Dispõe sobre a autonomia municipal dos tributos, disponível em: <www.jusbrasil.com.br/10647452/artigo5emendaconstitucionalde17deoutubrode1969.htm>. Acesso em 19 ago. 2017.

_____. **LEI complementar 92 de Curitiba do PR**, 29 de dezembro de 2014. Altera dispositivos da lei complementar 40/01, disponível em: <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em 10 ago. 2017.

_____. **LEI 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário Nacional, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em 12 set. 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Descreve sobre os atos das disposições constitucionais, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/htm>. Acesso em 15 ago. 2017.

_____. **LEI 10.257, 10 de julho de 2001**. Estabeleceu diretrizes gerais da política urbana, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10.257.htm>. Acesso em 11 ago. 2017.

_____. **LEI 4.976, 1 de Abril de 1986**. Denominação da produção, disponível em: <www.al.sp.gov.br/norma27077.htm>. Acesso em 18 ago. 2017.

_____. **LEI 10.137, 30 de dezembro de 2002**. Regulamenta a cobrança não acumulativa do PIS e do PASEP, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/htm>. Acesso em 23 ago. 2017.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: editora Atlas S.A. 2004. P. 195.

CARAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 27 ed. São Paulo: editora Atlas S.A. 2011. P. 1190.

CASSONE, Vitorio. **Direito tributário**. São Paulo: editora Atlas S.A. 2004. P. 519.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10 ed. São Paulo: editora Atlas S.A. 2006. P. 352.

_____. **Contabilidade Tributária**. 9 ed. São Paulo: editora Atlas S.A. 2005. P. 339.

FERREIRA, Ricardo, J. **Contabilidade Básica**. 7 ed. Rio de Janeiro: editora Ferreira. 2009. P. 688.

FERREIRA, Rodrigo. **Tributos: Origem e Evolução**, JUSBRASIL, 2015. Disponível em: < <https://rfer Santos.jusbrasil.com.br/artigos/22353175/tributos-origem-evolucao.htm> >_ Acesso em 17 ago. 2017.

FILHO, Edmar Oliveira Andrade. **Imposto de Renda das Empresas**. São Paulo: editora Atlas S.A.2005. P.664.

FREIRE, Marcos Guimarães. **Contabilidade de Custos**. Brasília-DF: editora Vestcon. 1995. P.1408.

GLAUTIER, M.W, Brian Underdown. **Teoria e Prática Contábil**. São Paulo: editora Atlas S.A.2011. P.741.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: editora Atlas S.A. 1991. P.158.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37 ed. São Paulo: editora Malheiros. 2016. P.562.

MARION, José Carlos, Ludicibus Sergio de. **Contabilidade Comercial**.7 ed. São Paulo: editora Atlas S.A.2006. P.357.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: editora Atlas S.A.1998. P.435.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de Direito Administrativo**. Curitiba-PR: editora Revista dos Tribunais. 1980. P.482.

MUSGRAVE, Richard. **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: editora Atlas S.A.1972. P.289.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**. 6 ed. São Paulo: editora Atlas S.A.2004. P.532.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**. São Paulo: editora Martin Claret.2007. P.289.

RODRIGUES, Alberto A. **A História da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da Ciência Contábil no Brasil**. Porto Alegre-RS: Revista do CRCRS. 1985.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. São Paulo: editora Atlas S.A.1995. P.176.

_____. **A Evolução da Contabilidade**. São Paulo: editora Thomson-tob.2006. P.432.

SCHIMITD, Paulo Santos. **História da Contabilidade: Foco na Evolução das Escolas do Pensamento Contábil**. São Paulo: editora Atlas S.A.2004. p.583.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2 ed. São Paulo: editora Atlas S.A.1998. P.492.

ANEXOS

MODELO DE PESQUISA DE CAMPO
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA

QUESTIONÁRIO REFERENTE A PESQUISA PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, COM ESTE TRABALHO BUSCAMOS SABER DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR DE CALÇADOS E CONFECÇÕES O MOTIVO QUE ADERIAM A FORMA TRIBUTÁRIA DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL.

1. TIPO DE COMERCIO:

- calçados
- confecções
- calçados e confecções

2. CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

- EPP
- Microempresa
- Pequeno Porte
- Médio Porte
- Grande Porte

3. REGIME TRIBUTÁRIO:

- L. Presumido
- L. Real
- Regime Simplificado

4. TEMPO DE EXISTÊNCIA:

- 0 – 1 ano
- 1 – 5 anos
- 5 – 10 anos
- 10 – 20 anos
- 20 – 30 anos
- + 30 anos

5. GESTOR DA EMPRESA:

- masculino
- feminino

6. IDADE DO GESTOR:

- 18 – 25 anos
- 25 – 30 anos
- 30 – 40 anos
- 40 – 50 anos
- 50 – 60 anos

7. GRAU DE ESCOLARIDADE:

- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Pós-Graduação

8. CONTABILIDADE:

- interna
- externa

9. A ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO SE DEU-SE COMO?

- Planej. Tributário
- aleatoriamente
- Informações do Contador
- Decisão do Contador

10. O CONTADOR JÁ, LHE PROPÔS UM ESTUDO SOBRE A MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO?

- Sim
- não

11. VOCÊ COMO GESTOR DA EMPRESA NUNCA SE INTERESSOU POR MUDAR DE REGIME TRIBUTÁRIO?

- Sim
- não

12. ESCREVA O PORQUÊ DA SUA RESPOSTA ANTERIOR.

13. SE UM PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE, LHE PROPÔS UM ESTUDO DE SUA EMPRESA, PARA IDENTIFICAR QUAL É A MELHOR FORMA TRIBUTARIA PARA SUA EMPRESA, VOCÊ ESTARIA DISPOSTO A PARTICIPAR DO ESTUDO E ARCAR COM TODOS OS CUSTOS?

- Sim
- não

PORQUE?
